

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 3019/2025

Aos vinte oito dias do mês de maio de dois mil e vinte cinco, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual Zoom, sob a presidência de **GERMANO BREMM**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

Lucas Cruz (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**; Fernanda Brito da Silveira (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDet**; Débora Carla Postingher (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; e Bruno Beltrame (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Marco Calvete (2º Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Paulo Bins Ely (Titular), **CRECI**; Jorge Larre Lopes (Titular), **STICC**; Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular), **Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL-POA**; Antônio Carlos Zago (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Elaine Adelina Pagani (2ª Suplente), **OAB/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Vanessa Silva Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Eduardo Francisco Gadea (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Wagner Pereira dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis –**

RGP; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), HOCDUA - Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

SECRETARIA EXECUTIVA:

Gabriela Brasil, **Secretaria Executiva da SMAMUS;** e Patrícia Costa, **Taquígrafa/Tachys Graphen.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

3. Apreciação e votação da Ata nº 3018 (22/05/2025);

4. Plano Diretor.

Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, às 18h04min.

1. ABERTURA;

Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Boa noite, conselheiros, conselheiras. São 18h04min. Temos quórum. Declaro, então, oficialmente aberta a nossa reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Reunião extremamente relevante na data de hoje, conforme alinhamos nas reuniões anteriores. Aprovamos na instrução normativa, a gente entra, especificamente, num debate de quatro reuniões ao longo deste próximo mês, onde vamos aprofundar a matéria, um pouco da revisão do Plano Diretor. Então, são pautas específicas que iniciam com explicação, explanação da equipe de planejamento urbano, responsável por toda a metodologia, enfim, implementação desse processo de revisão do Plano Diretor e, posteriormente, sempre abrindo para debates, eventuais dúvidas. Lembrando que, também, além das reuniões ordinárias, do debate, da apresentação desse formato, que é transmitido ao vivo no nosso canal da SMAMUS, no YouTube, a equipe fica integralmente à disposição dos conselheiros para produzir debates setoriais, eventualmente, algumas conversas sobre o tema, na modalidade presencial, enfim, aquilo que for mais conveniente. Hoje, inicialmente, a gente estava prevendo estar presencial, todos no nosso auditório. Aliás, um formato híbrido, no entanto, o Presidente, a Secretaria Executiva e a equipe estariam no formato físico, no entanto, com a questão das chuvas, a demanda dos próprios conselheiros que não poderiam estar

presentes, enfim, a gente compreende, acabou acatando, então, no sentido de manter o formato online, mas dando a oportunidade, naturalmente, um formato híbrido com a sala à disposição daqueles conselheiros que queiram acompanhar de forma presencial. Inclusive, temos hoje lá um conselheiro na nossa sala, que pediu uso, acho que do período de comunicação, na sequência. Sempre ressaltando essa oportunidade, quem eventualmente queira se dirigir para a secretaria, estar acompanhando a reunião. Ela é transmitida e acompanhada com a equipe de apoio ao longo da nossa dinâmica aqui de trabalho. Eu vou pedir rapidamente, enquanto peço para quem tiver interesse em fazer o período de comunicação, fazer a inscrição pelo chat. Vamos tentar, naturalmente, ser bem objetivos, para a gente poder avançar na pauta, que é extensa, densa. Então, o que a gente puder evoluir aqui na pauta, vai ser muito efetivo. Vou pedir só para nossa secretária executiva, que hoje está em um local diferente aqui do meu, para que faça rapidamente a chamada. Eventualmente, se faltou alguém, por favor, faça a consignação no chat, que a gente faz o registro aqui. **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Presidente. Vou fazer a chamada, então. [Relação dos presentes na inicial]. Devolvo a palavra, Presidente. **Germano Bremm (Titular), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. Não sei se temos inscritos para o período de comunicação. Temos o Conselheiro Calvete, da ABES, que está lá na nossa sala, presencial, já inscrito. Mais algum conselheiro? **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Na verdade, Presidente, não temos nenhuma inscrição no período de comunicações no chat. Apenas o pessoal do espaço CMDUA me comentou que o Conselheiro Marcos Calvete gostaria da palavra. **Germano Bremm (Titular), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. Então, encerramos a inscrição para o período de comunicação. Conselheiro Jackson, também inscrito para a comunicação. Por favor, conselheiro, 3 minutos, o uso da comunicação.

2. COMUNICAÇÃO;

[Manifestação via chat]:



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

86 **Vanessa Silva Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** *Boa*
87 *noite. Minha internet está muito ruim. Gostaria de deixar registrado. Gostaria de informar*
88 *que eu, Conselheira da RGP 7, não irei participar das reuniões enquanto parecer final do*
89 *magistrado. Senhor Secretário Germano sabe que está descumprindo a sentença que anulou*
90 *a eleição das entidades. Não estou de acordo posicionamento deste conselho com a o que o*
91 *Secretário está fazendo, pois não reconheço com legitimidade as reuniões que estão sendo*
92 *feitas. Enquanto não sair parecer final do juizado sobre essa decisão de anulação da eleição*
93 *das entidades, portanto os representantes das entidades não podem participar de reuniões.*
94 *Gostaria fosse registrado em ata minha posição como Conselheira RGP7. Outros*
95 *conselheiros já chamaram a atenção do Secretário Germano Bremm.*

96 **Marcos Calvete (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**
97 **ABES/RS:** Secretário, conselheiros, é o seguinte, a ABES pediu vista a alguns processos,
98 recentemente, e eu tenho participado deste trabalho de vista aos processos, tá? Ocorre que tem
99 ficado evidente que nem todos os documentos necessários a uma avaliação completa do
100 processo estão colocados nos processos que são disponibilizados para os conselheiros, para o
101 CMDUA, tá? Isso fica muito evidente, cristalizado, quando a gente analisa determinados
102 processos. Então, eu gostaria de deixar registrado, Secretário, que seria necessário
103 disponibilizar para acesso do colegiado, do Conselho, os processos relacionados, que têm
104 vinculação com a matéria que está em análise, tá? Porque senão, sempre vai fazer uma
105 avaliação parcial do contexto, não vai ter todas as manifestações. Eu conheço boa parte dos
106 técnicos que fazem as análises dentro da Prefeitura e tem ficado evidente a superficialidade. Eu
107 conheço a forma de proceder desses companheiros, desses colegas, e sei que faltam avaliações,
108 faltam elementos para a gente poder fazer uma análise mais completa dos processos. Então, é
109 isso que eu gostaria de registrar inicialmente. **Germano Bremm (Titular), Secretário**
110 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tá bem.
111 Obrigado, Conselheiro Calvete. Sempre colocamos à disposição a nossa Secretaria Executiva,
112 conselheiro. Dentro da análise de um processo, identificou algum documento, algum processo
113 que não tenha acesso, que não esteja integralmente disponível, pode solicitar esse acesso. E é
114 bem natural que aconteça, eventualmente, algum conselheiro na análise daquele expediente,

identifique algum ponto que esteja faltando. Algo que possa vir a solicitar para complementar a sua análise. Isso é bastante tranquilo. A Secretaria Executiva, a partir da demanda, ela certamente irá atender e disponibilizar, eventualmente, algum que não tenha ficado, excepcionalmente disponível. Obrigado pela inscrição aí, pela manifestação. Seguimos, então. Na sequência, inscrito, Gabriela, quem? **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Jackson, Presidente. Microfone liberado. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos e a todas aí. Obrigado aí, Presidente. Eu só queria fazer um registro, tá? Que nós conselheiros do RGP 3, juntamente com os conselheiros do OP da Norte da Eixo Baltazar, promovemos na semana passada um bom encontro com o nosso Secretário Adjunto de Mobilidade Urbana, Matheus Ayres, para definir algumas questões, especialmente do transporte coletivo nas nossas regiões ali. Só fazer esse registro de agradecimento à Secretaria de Mobilidade Urbana. **Germano Bremm (Titular), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson. Conselheiro Jackson, só queria ressaltar, assim, pedir ajuda sempre dos conselheiros que como a gente faz a transmissão ao vivo, que façam o uso sempre da câmera aberta, até porque evita quaisquer questionamentos, embora a gente faça a chamada aqui, registre e consigne em ata, regimentalmente, há essa necessidade. Claro que, eventualmente, alguma situação excepcional, enfim, que possa acontecer, mas que, especialmente, no momento da fala, os conselheiros possam abrir a câmera, porque está havendo a transmissão, enfim, fazendo os devidos registros. O Conselheiro Calvete, acho que lá na sala levantou alguma questão de ordem? **Marcos Calvete (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Secretário, o senhor falou que a gente pode solicitar o acesso aos processos que, porventura, digam respeito à análise, mas, pelo link que é disponibilizado, não há como descobrir isso muitas vezes, né? Os processos, eles não ficam abertos simplesmente pela consulta do link que é colocado nas pautas que são encaminhadas, né? Então, é inviável essa sugestão que o Secretário ofereceu. É essa a questão. **Germano Bremm (Titular), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tá bem. Obrigado, Conselheiro Calvete.

144 Respeitamos seu posicionamento, mas discordamos, porque tanto é viável que é bem comum
145 que os conselheiros solicitem, eventualmente, a complementação com relação às informações,
146 para subsidiar sua análise. Se ele entende que não é completo, assim, o objeto daquilo que está
147 sendo verificado e complementação existe, inclusive, regimentalmente a possibilidade de
148 diligências para complementação de informações. A gente tem isso, regimentalmente previsto,
149 que o relator quando vai efetuar o relato naquele processo que está sob sua análise, se não
150 estiver completo, se entender que está faltando alguma documentação, ele pode colocar o
151 processo em diligência para a equipe complementar, para ser complementado com
152 documentação. Então, isso é bem natural e praticado aqui por nós, mas, claro, estamos sempre
153 nos melhorando, nos profissionalizando aí no sentido de dar acesso aos conselheiros.
154 Passamos, então, senhores conselheiros, já, imediatamente, a nossa equipe de planejamento,
155 nossa Diretora Patrícia Tschoepke, que vai inaugurar... Desculpa, Gabriela. Acho que nós
156 temos, na verdade, a ata da reunião anterior? **Gabriela Brasil, Secretária Municipal de**
157 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, sim, nós temos a ata da
158 reunião 3018, porém a Conselheira Débora fez um pedido correção e, então, já devolvi para a
159 taquigrafia. Então, gostaria de avisá-los e retomamos na próxima com a ata correta. **Germano**
160 **Bremm (Titular), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
161 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. Então, vamos evoluir aqui ouvir a nossa diretora de
162 Planejamento Urbano, que vai nos apresentar um pouquinho mais o fruto, de forma detalhada,
163 desses inúmeros processos participativos que tivemos ao longo de todo o processo de revisão
164 do Plano Diretor. São alguns anos que a gente vem fazendo essa discussão com metodologia,
165 devidamente orientada pelo Ministério das Cidades, seguindo todos os ritos, os procedimentos
166 aí que melhor definem as formas de revisão do Plano Diretor, com a leitura comunitária, que
167 envolveu processos participativos em diversas oportunidades, tanto nas regiões de
168 planejamento, em seminários, em conferências, debates setoriais, reuniões de grupos de
169 trabalho, reuniões do Conselho, enfim, diversos momentos participativos, produzindo essa
170 leitura comunitária, em paralelo, a leitura técnica da viabilidade, das possibilidades, do
171 mapeamento do território se cruzando para, efetivamente, nós chegarmos, então, nessa
172 proposta de novo Plano Diretor, que tem como grandes objetivos gerais, cinco importantes

173 objetivos que envolvem qualificação do espaço público, a potencialização da utilização do
174 Guaíba, reduzir tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários, reduzir custo de
175 habitação, garantir o acesso de todas as cidades, adaptar a cidade para as mudanças climáticas,
176 zerar as emissões de gases, fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana,
177 enfim, objetivos muito focados para resolver os desafios da vida em cidade. Essa virada de
178 chave do Plano Diretor com um olhar muito no sentido de a gente equacionar esses desafios,
179 porque, equacionando eles, nós geramos qualidade de vida. Qualidade de vida retém talento,
180 atrai talento, gera riqueza, oportunidade, faz transformação econômica, transformação social.
181 Então, o Plano Diretor de Porto Alegre se guia muito a partir desses cinco objetivos e,
182 naturalmente, para alcançar esses objetivos, existe toda uma estruturação, que vai ser
183 detalhada, um pouquinho discutida, debatida ao longo das próximas reuniões, que envolve
184 muito da estratégia de cidade, de como alcançar isso. O Plano Diretor, o nosso horizonte, a
185 nossa organização enquanto sistemas, enquanto gestão, as diversas secretarias, como elas
186 conversam nesse processo de execução da política urbana, ambiental do município e também,
187 naturalmente, a revisão das camadas de regras, especificamente, o zoneamento, através da lei
188 de uso e ocupação do solo, que traz, então, também uma série de modificações, para a gente
189 adequar essa cidade real, para a gente trazer essa visão de urbanismo também contemporâneo,
190 no sentido de melhor aproveitar as infraestruturas existentes, os equipamentos públicos,
191 viabilizar o maior adensamento naquelas áreas possíveis, concentrar a cidade para a gente,
192 consequentemente, fazer menos uso do veículo, poluir menos, reduzir tempos de deslocamento
193 das pessoas nos trajetos diários, possibilitando um uso mais misto, enfim, isso reflete bastante
194 nas questões de zoneamento. Mas, lembrando, o Plano Diretor é maior, naturalmente, que o
195 zoneamento. Ele é a estratégia de cidade a ser perseguida pelo planejamento urbano, pelas
196 gestões. Ele é mais do que um projeto de governo, ele é um projeto de cidade, que vem, então,
197 da demanda dos principais pontos da sociedade que cruza com essa parte técnica, vamos dizer
198 assim, eh, que avalia a realidade da cidade e, a partir disso, a gente consegue propor essas
199 alterações. Então, nesses próximos encontros a gente vai ouvir um pouquinho mais, um pouco
200 dos resultados, naturalmente, abrindo para a discussão e amadurecendo sempre a minuta final,
201 para que seja, posteriormente, submetida em edital para a comunidade tomar conhecimento e,

oportunamente, debater em audiência, criticar, dar ainda sugestões para que, posteriormente, a gente possa remeter à Câmara de Vereadores, que também ainda tem um processo participativo bastante extenso, porque vai produzir o seu debate nas comissões, na Comissão Especial, nos eixos temáticos, enfim. Então, tem muitos processos, muitos momentos ainda de participação e contribuição. Patrícia, acho que começa aí contigo, isso? Fica à vontade.

3. PLANO DIRETOR.

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu vou compartilhar a tela, só um momentinho. Então, em um primeiro momento, assim, esclarecendo a fala do Secretário, eu só queria pontuar que a gente fez todo o detalhamento, enfim, naquele resumo que nós apresentamos na, na questão da instrução normativa. Então, quem quiser pode consultar enfim, ele está todo organizado ali. Vocês vão poder ter acesso a eles e, também, consultar o nosso site, que tem todas as informações. Na reunião de hoje, meu objetivo é dar um panorama geral, então, da proposta. E daí, depois, nas próximas reuniões, a ideia é que a gente vá detalhando alguns pontos. Então, vamos iniciar a apresentação. Primeiro, um boa noite a todos e eu quero deixar aqui, enfim, a minha manifestação de alegria e satisfação da gente estar iniciando esse momento de apresentar, então, essa proposta de revisão do plano, resultante do processo de revisão do Plano Diretor, que foi tão suado aqui por nós, por todos nós, conselheiros, nossa equipe que está presente e que iniciou lá no ano de 2019, numa longa caminhada. Calmamente. Desde daquele ano, nossa equipe, desde 2019, nossa equipe, então, passou por muitos momentos, grandes momentos, enfim, por cada um com as suas experiências e grandes aprendizados nós passamos, 2019 foi uma evolução. Todos amadureceram muito durante o processo. Todos participaram com grande vontade de acertar. Toda a nossa equipe, enfim, se envolveu de uma forma incrível nesse processo. E todos tiveram uma busca incansável na busca de atender os anseios da comunidade. Nós fizemos um contato incrível com a população em diversos segmentos. Fizemos processos participativos em formatos diversos, uns mais politizados, outros mais olho a olho com a comunidade. Durante esse período, mais de 140 reuniões foram realizadas com os grupos de trabalho, representantes da sociedade. Diversas imersões foram realizadas entre os integrantes da nossa equipe e, também, com consultorias e

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

os técnicos das outras secretarias. De todo esse trabalho, diversos relatórios técnicos foram produzidos, estão sendo produzidos e estão disponíveis para consulta no nosso site, conforme eu falei, na aba transparência, na reunião da instrução normativa. E eles vão permanecer disponíveis para consulta a qualquer momento. Então, enfim, compartilhar com vocês a proposta, eu queria só compartilhar um pouquinho, então, uma memória dos momentos em que nós passamos. Nós na equipe e, também, muitos de vocês, conselheiros. A secretaria falou que está sem som. Mas, então, queria compartilhar com vocês aqui a quantidade de momentos que todos nós passamos e, enfim, isso demonstra o grande envolvimento aqui da nossa equipe e, também, dos conselheiros que estiveram presentes em muitos desses momentos. Todo esse trabalho, então, enfim, o resultado de todo esse trabalho, ele foi integrado a partir dos processos participativos, dos estudos realizados pela consultoria das reuniões com as secretarias, os grupos de trabalho foram estruturados, integrados, para que a gente pudesse apresentar a proposta que vamos apresentar hoje. Essa integração acarretou em estratégias e ações, um grupo de estratégias e ações, muitos de vocês têm conhecimento, porque foram apresentadas na conferência do Plano Diretor. Elas foram organizadas em cinco grandes objetivos. E por que a gente coloca cinco grandes objetivos? Porque a gente sempre comentava, desde o começo, que quando tu tem uma lista enorme de coisas a atingir, tu não consegue atingir nenhuma. Então, cinco objetivos são metas que a gente consegue monitorar e conseguir atingir aí, ao longo do tempo. Então, são os objetivos: o primeiro, qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba; o segundo, reduzir o tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários; o terceiro, reduzir o custo da moradia e garantir o acesso de todos à cidade; o quarto, adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases do efeito estufa e, por fim, o quinto, fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana, para responder eficientemente às dinâmicas da cidade e potencializar suas formas de financiamento. Então, essas estratégias e ações organizadas nesses cinco objetivos, então, foram a base para a gente, para o desenvolvimento, então, da proposta que vamos apresentar agora. Essa proposta, então, ela está estruturada com base de referência no nosso próprio PDDUA, que ele está organizado em uma componente estratégica, uma componente espacial, uma parte de gestão e monitoramento e, também, os instrumentos. Na

proposta, então, nós, a estratégia, a parte estratégica vai refletir os objetivos; a componente espacial é aquela, então, que vai mostrar aonde esses objetivos vão ser aplicados e a estrutura de gestão e monitoramento, ela é a engrenagem que faz, que garante que esses objetivos aí sejam implementados ao longo do tempo e os instrumentos, por fim, são as ferramentas que são utilizadas para a gente poder, eh, garantir, então, o atendimento desses objetivos. Dentre esses instrumentos, nós temos a lei de uso e ocupação do solo, que se trata, assim, um instrumento, um detalhamento dessa componente Plano Diretor. O Plano Diretor, ele tem um caráter estratégico, de diretrizes para a cidade, para o futuro da nossa cidade e a lei do uso do solo, ela tem um caráter mais normativo. Por isso, entendemos adequado que estes, que essas duas normas estivessem propostas em documentos distintos. Aí, a partir de então, os objetivos, então, foram organizados em 10 a 11 estratégias e ações, que vocês devem ter conhecimento. Eu não vou detalhar aqui no momento, mas esse material vai ficar disponível no site e disponível, também, um material complementar que nós vamos entregar para vocês. Apenas sabendo que orientando, então, a cada objetivo nós temos, então, 10 a 11 estratégias para cada um deles. Então, essas estratégias, elas acontecem no espaço da cidade, onde a gente tem aqui uma componente espacial. Ela pode, ela é a mesma, o que seria o mesmo tipo de conteúdo que, no Plano Diretor, estava constante como um modelo espacial. A nossa componente espacial é dividido em elementos de caráter transversal, onde, aquele, são aqueles que vão estar estruturados na cidade como um todo, então eles são, eles estão presentes em toda a cidade. E, também, tem uma parte de espacial, onde tu tem macroterritórios e esses macroterritórios vão sendo detalhados até chegar as zonas de ordenamento territorial, que são as componentes que vão estar previstas na lei de uso e ocupação do solo. Dos sistemas estruturantes, então, eles são elementos transversais da cidade e que eles surgiram muito numa lógica de tentar organizar a cidade a partir dos espaços públicos. Isso sempre foi uma demanda, desde o início do processo, que a gente focava muito na questão do espaço privado. Existia um, um excesso de regramentos, que muitas vezes eles não tinham muito significado e, nos espaços públicos, a gente tinha uma falta de regramentos ou de orientações. O que fazia que, muitas vezes, o desenvolvimento da cidade, ele não tinha uma orientação. Então, a gente organizou esses sistemas no sentido de buscar orientar o desenvolvimento de projetos da

cidade e muito com foco, então, no resultado que a gente teve dos processos participativos da, das, respeitando as características da cidade e valorizando os nossos espaços. O primeiro deles é o sistema ecológico. Então, ele é uma inovação em relação ao nosso PDDUA, porque ele cita simplesmente as estratégias, mas ele não tem, realmente, uma espacialização desse tema, desses elementos. Então, esse sistema, ele vem absorver os estudos que estão sendo realizados, por exemplo, em relação à mata atlântica, os corredores ecológicos. Ele absorve, considera as unidades de conservação, as áreas de abrangência das unidades de conservação. E ele é muito focado em estabelecer uma relação harmônica entre o ambiente urbano e o ambiente natural. A gente sabe que eles são muito conflitantes e, muitas vezes, por falta de diretrizes claras de como a gente pode, vamos dizer, estabelecer essas conexões. Isso parte do desenvolvimento de projetos. Então, desses componentes a gente tem, que seriam áreas de estímulo à infraestrutura verde. Então, são áreas onde a gente tem um grande número de áreas de interesse ambiental, onde a gente estabelece, a partir dessa infraestrutura, conexões e dá oportunidade para desenvolvimento de projetos; áreas de recuperação de corpos d'água. A gente tem, enfim, a gente indica a realização de projetos. Aqui tem, por exemplo, a rua Dilúvio, que hoje é objeto de um estudo para uma operação urbana consorciada que tem o objetivo de qualificar as suas águas. Nós temos o Arroio Passo da Mangueira, Passo das Pedras, que se relaciona ali com o Sarandi; o Arroio do Salso, que foi um pedido muito demandado ali nos processos participativos; temos Cavallhada e o Passo Fundo que têm situações importantes ali de se resolver em relação à integração com a estrutura urbana, enfim, com a área de risco, enfim. Enfim, existem essas indicações aqui que resultam dos processos e que estão orientando aqui o desenvolvimento de projetos na cidade. O sistema de espaços abertos, ele, no PDDUA, ele já existia como conceito. Aqui, então, a gente resolveu identificar, a partir desse sistema, os elementos que têm uma importância a partir de um usuário, né? E a gente tem o sistema hoje, por exemplo, de mobilidade, que tu tem a questão do veículo acessando. A gente buscou criar, então, um sistema que pode ser percorrido por um cidadão, um turista, enfim, que pode aproveitar os espaços da cidade, enxergar suas belezas, as suas peculiaridades, né? E aí, nesses componentes, a gente tem, por exemplo, os pontos de emergência visual. Eles já estavam identificados no PDDUA, mas, de fato, não existia uma

318 estruturação que permitisse que a gente realmente implementasse eles, do ponto de vista de
319 projeto. Também, a questão dos percursos paisagísticos, né? Isso foi uma coisa que foi muito
320 demandada na conferência de avaliação do Plano Diretor, se destacou o interesse da população
321 em ter consolidado, de fato, esses percursos na cidade, né? As áreas de interesse cultural, elas
322 estão nesse sistema como um ponto importante, enfim, as áreas de interesse cultural, elas
323 existem para serem vistas, para serem usufruídas pela população, a partir desses espaços
324 públicos. Então, são áreas que são oportunidades para desenvolvimento de projetos e criação
325 de corredores culturais, por exemplo. Enfim, esses sistemas vão ser detalhados depois na, nas
326 próximas reuniões pelos colegas. E aí temos o sistema de estrutura e infraestrutura, que ele é
327 uma evolução que veio do sistema viário, mas a estrutura, a estrutura não, a estratégia de
328 mobilidade do PDDUA, onde foi, ele foi ampliado, contemplando não só o sistema viário, mas
329 outras estruturas: férrea, hidroviária, aeroviária, sistemas de transporte urbano e transporte
330 ativo. E isso trabalhando em conjunto com as equipes ali, EPTC e SMAMUS. Um destaque
331 que eu dou nesse sistema é essa proposta aqui para a estrutura hidroviária, porque ela veio por
332 uma demanda, também, muito forte da população ali da, do extremo sul, que eles, enfim,
333 indicaram a necessidade de ter uma conexão extra, não somente por via térrea, para poder
334 chegar nas áreas mais centrais da cidade. Aí temos, também, os equipamentos públicos urbanos
335 e comunitários. Então, eles não têm, não estão identificados no mapa, mas a ideia é que eles
336 estejam inseridos ali, para que a gente possa identificar na cidade as áreas que têm maior
337 disponibilidade de estrutura, infraestrutura, as áreas que têm carências. Então, a gente, isso
338 pode ser usado como uma decisão de projeto. E, por fim, nós temos o sistema
339 socioeconômico, que ele busca relacionar as áreas com potencial de desenvolvimento
340 econômico, identificando, buscando estimular o desenvolvimento dessas atividades econômicas
341 e, também, a parte social, no sentido de buscar aproximar a habitação e o emprego. Então, a
342 gente busca aqui estratégias de buscar adensar as áreas onde tem essa disponibilidade de
343 emprego e, também, nas áreas que são carentes, a gente marca o que a gente está chamando de
344 requalificação urbana. Então, a gente identifica essas áreas, que são o conjunto daquelas áreas
345 que, hoje, são áreas de interesse social, áreas objeto de REURB, onde ali eles têm carências de
346 infraestrutura e precisam ter melhorias. Hoje, no processo de regularização fundiária, a gente

tem, principalmente, a questão cartorária, mas isso não avança. Então, a ideia da nossa proposta de ter essas áreas de requalificação urbana, então, é que elas possam, então, concorrer aqui nos projetos públicos, para que elas possam realmente receber essa estruturação e se integrar adequadamente à cidade. Uma vez que elas estejam integradas à cidade, então, elas deixam de ser requalificação e, e assim por diante. Então, aqui encerramos a parte dos sistemas transversais, nós passamos agora para a parte espacial de organização do território. E a primeira camada são os modelos de ocupação. Esses modelos de ocupação, eles foram muito embasados nos resultados da consultoria, que fez uma macroclassificação da cidade em três terços, sendo a parte norte aquela que tem uma característica de tecido mais contínuo e consolidado, com conectividades, acessos à estrutura, infraestrutura e, portanto, ela é própria para estimular o adensamento, promover miscigenação, enfim, trazer mais urbanidade ainda para esse território. Já no setor médio, ele é um setor que tem alguns conflitos urbanos ambientais, tem áreas de potencial paisagístico muito importantes, enfim, no entanto, tem ocupações irregulares em áreas de risco, indicando que a gente tem a necessidade de fazer, de buscar fazer uma costura adequada dessas áreas, melhorando a vida das pessoas e, ao mesmo tempo, buscando a qualificação ambiental. E depois a gente tem o setor sul e as ilhas. As ilhas, então, foram incluídas em conjunto, porque por terem características semelhantes. Então, nesse setor, a gente tem aqui a tendência a manter a restrição da ocupação e a manutenção dessas características de áreas naturais e produção primária. Depois aqui uma mudança importante. No PDU, a gente tem lá a categoria das macrozonas, que elas são organizadas a partir de características da cidade. No entanto, quando a gente vai aplicar elas, a gente não consegue, de certa forma, enxergar elas, até porque o Plano Regulador, ele não tem uma conexão muito adequada com essas macroestratégias de desenvolvimento. Então, a gente achou mais adequado organizar essas macrozonas do ponto de vista de gestão e monitoramento. E aí, do ponto de vista de gestão e monitoramento, a gente entendeu o que era adequado, que essas macrozonas, elas equivalessem às regiões de planejamento. Dessa forma, os conselheiros das regiões, eles podem ter um acesso, enfim, muito mais qualificado às informações e podem participar de uma maneira muito mais ativa do planejamento da nossa cidade. No entanto, tem duas questões que a gente coloca aqui. A primeira delas é que a gente,

nessa questão da gestão e monitoramento, a gente entende que é adequado a gente estruturar a cidade pelos bairros, porque os bairros são a identidade da cidade. Todas as pessoas sabem, os bairros que elas moram. Então, a gente propôs aqui uma adequação, então, das macrozonas e, por consequência, das regiões de planejamento, aos limites do bairro. Essa divisão, também, ela vai estar equiparada às regiões do Orçamento Participativo, que os conselheiros, enfim, têm uma relação muito próxima. Então, tende a facilitar essa gestão. E uma segunda questão é que, desde 2019, nós somos demandados, né? E pela população das ilhas, das comunidades que, que, enfim, que participaram do processo, elas são uma das mais incisivas, das mais presentes e, desde 2019, estiveram lá reivindicando os seus direitos. Então, a gente reconhece aqui a criação de uma macrozona específica para o território das ilhas e, também, uma oportunidade, também, deles serem representantes de regiões do planejamento, até porque aquele território, ele tem características peculiares mesmo. Ele tem, enfim, eles têm as próprias demandas que devem ser ouvidas. E aí aqui, né? Aquilo que eu já pontuei. Então, com essa estrutura, os representantes das regiões de planejamento, eles podem ter um acesso muito bom à informações estruturadas do território, eles podem participar de maneira estruturada do desenvolvimento das políticas urbanas, dos planos e dos projetos urbanísticos e eles podem responder com maior eficiência ao atendimento das demandas oriundas da comunidade. Uma outra inovação que nós criamos aqui são as unidades de planejamento local. O que são as unidades de planejamento local? Então, são unidades que vão equivaler às regiões do Orçamento Participativo, ou seja, a partir deste momento, desta proposta, os delegados das regiões do Orçamento Participativo, assim como os conselheiros, vão poder ter acesso à informações estruturadas do território. Então, vai ser muito mais fácil para eles trabalharem, fazer o atendimento das demandas da comunidade, receber as respostas, enfim e vai facilitar, também, os trabalhos, o trabalho das subprefeituras, que também vão poder manejar essas informações, enfim, desenvolver essas ações com mais eficiência. E aí, dentro das macrozonas, nós temos uma outra novidade, que ela é muito focada nos projetos e especialmente os espaços públicos. Elas buscam muito atender demandas de comunidades locais e, também, potencializando características específicas que foram resultados dos estudos. Então, a gente tem aqui quatro áreas, né? Que foram identificadas como importantes economicamente para

405 cada porção do território, que estão localizadas aqui, que é a nossa área central, o Porto Seco,
406 a área Centro-Sul e a Restinga, onde a área central, enfim, ela já foi objeto do programa de
407 reabilitação do Centro Histórico. O Porto Seco, ela foi identificada, então, como a segunda
408 área com maior desenvolvimento econômico, número de empregos do território da cidade. E
409 essa área do Porto Seco, então, nós estivemos ali com a comunidade local, junto com o
410 Conselheiro Jackson, onde a gente, enfim, identificou aquilo que seria adequado, aquilo que
411 quais são os problemas e as questões que deveriam ser resolvidas aqui no território, né? Dentre
412 elas, a questão da regularização fundiária e de buscar, então, estimular a produção de
413 habitação próxima aqui do Porto Seco, para que, enfim, que o emprego aqui pudesse estar
414 próxima, que a habitação pudesse estar próxima do emprego, né? Depois, seguindo aqui a área
415 Centro-Sul, uma das identificadas, principalmente ali a questão da centralidade da Otto, ela
416 também foi identificada para essa região como uma centralidade e aqui, também, nós tivemos
417 uma demanda da comunidade desde lá das exposições, que nós realizamos lá no início do
418 processo, a comunidade vinha demandando um desenvolvimento, um olhar especial para esse
419 território e nós tivemos aí, recentemente, numa visita ali, o Conselheiro Wagner estava
420 presente. Depois aqui a Restinga, né? Ela foi identificada como uma área importante aqui para
421 o extremo sul. Então, ela está destacada no sentido de promover o desenvolvimento desse
422 território, desenvolvimento econômico e, também, qualificar a sua estrutura urbana. Depois,
423 seguindo a sequência aqui, nós temos o território da Azenha, que, também, é uma grande
424 centralidade importante aqui para a nossa cidade e, também, recebeu uma demanda da
425 comunidade local, através da sua associação, no sentido de ter um olhar especial, né? Todos
426 esses bairros, eles falam assim: "Olha, de certa forma, nós somos esquecidos. Então, por favor,
427 tenham um olhar especial"; enfim. Então, eles propuseram demandas específicas que nós
428 buscamos contemplar aqui no desenvolvimento da proposta. E na sequência nós temos o 4º
429 Distrito, que, também, ele surgiu pela demanda da comunidade, o programa do 4º Distrito, ele
430 veio muito pela demanda da comunidade local, né? Então, ele já está contemplado e absorvido
431 aqui no Plano Diretor. A nossa orla, acho que eu não preciso nem falar o potencial que a nossa
432 orla tem no nosso território, que a ideia, então, é que a gente valorize cada vez mais a relação
433 com ela, respeitando as características de cada local; a área Sertório-Assis Brasil, que tem,

enfim, esse destaque para os eixos Assis Brasil-Sertório, que, então, tem um potencial aqui para o desenvolvimento. Claro, tem algumas complementações de estruturas urbanas que a gente precisa fazer, mas, enfim, são eixos importantes que a gente tem que valorizar na nossa cidade. E na sequência nós temos o Sarandi. O Sarandi, ele foi incluído aqui como uma área muito por causa da questão das enchentes. O bairro Sarandi, ele foi muito afetado. Então, ele precisa um olhar especial lá, para que as pessoas voltem, enfim, a, enfim, a se enxergar como parte da cidade, enfim. A gente está com esse olhar específico aqui para o Sarandi. Na sequência temos o Partenon, que foi identificado como uma área significativa aqui, muito pela presença da PUC, Tecnopuc, onde são polos aqui que, atratores de desenvolvimento desse território. E temos o Anel Viário, que, enfim, ele já, eu já comentei sobre ele antes, que é uma área muito importante da cidade, essa camada de morros, onde a gente precisa trabalhar essa área com um olhar especial aqui no desenvolvimento de projetos; a parte do Teresópolis, que tem, enfim, muitas questões, ele faz essa conexão dessas áreas estruturadoras e ele tem uma questão muito importante aqui do olhar para a regularização fundiária, da requalificação das áreas naturais e a integração aqui com a estrutura urbana. E deixa eu ver o próximo aqui, que é na lista. Teresópolis e aí o Centro-Sul, que eu já comentei; a Hípica, também, é uma centralidade, ela está se desenvolvendo nos últimos anos de uma maneira significativa, então ela recebe um olhar especial aqui nas nossas áreas; a Lomba do Pinheiro, ela foi objeto de um projeto, então foi uma comunidade que reivindicou um olhar especial, muito para receber uma qualificação dos espaços, acesso a equipamentos, infraestrutura, desenvolvimento local. Então, a gente colocou ela como uma área importante aqui; a Restinga, eu já comentei e aqui esses núcleos aqui do extremo sul, eles estão identificados porque eles têm um potencial, eles têm uma importância aqui para a população local, o Lami e Belém Novo e aqui, por último, incluído a, a, o bairro Ponta Grossa, que veio muito pela demanda da população local, porque é um núcleo aqui isolado, vamos dizer assim, como Belém Novo, ele, ele é relativamente próximo, mas essa, como área urbana, ele está isolado. Então, ele precisa de um olhar especial e essa população aqui, também, reivindicou um olhar especial sobre esse território. E aí nós temos as ilhas, que, na verdade, elas já estavam qualificadas ali, desde o começo com a questão das enchentes, então, esse olhar ficou mais importante ainda. Então, nós acabamos pensando

uma proposta de um plano específico para esse território, uma coisa que já estava prevista para ser feito posteriormente, mas com a questão das enchentes, isso se tornou urgente, para atender a demanda daquela população. Então, está sendo desenvolvido um trabalho em conjunto com eles, para, enfim, além da questão das questões previstas no Plano Diretor, qualificar aquele território, a questão de regularização fundiária, a resiliência, como que elas podem conviver, enfim, com esses territórios, enfim, um trabalho bem especial dessas áreas. Então, a gente tem o Centro, 4º Distrito, que foram, tivemos projetos e as ilhas e pretendemos, em seguida, também, trabalhar no Sarandi. Passamos, então, agora às camadas, a camada que vai definir o que seria o tipo de ocupação da cidade. Então, a gente pode dizer que a cidade, ela tem, a zona rural, que ela está definida aqui, e a zona urbana, que ela é composta pela zona intensiva, zona de equilíbrio e zona de produção primária. Elas vão sendo trabalhadas aqui por diferentes graus de urbanidade. Dessas aqui, essa identificada como produção primária, do que nós estudamos até o momento, ela tem um potencial, então, para se agregar à zona rural posteriormente. E isso, a gente preparou, enfim, essa proposta de expansão da zona rural, que vai ser trabalhada numa lei específica, muito por demanda daquela comunidade. Então, eles foram muito, enfim, nós fizemos visita no local, eles colocaram as suas dores, enfim, das dificuldades que eles têm de não estarem inseridos na zona rural, principalmente os produtores de orgânicos. Então, nós estamos buscando contemplar essa demanda deles. Esse perímetro ainda pode sofrer algum ajuste, porque ainda temos reuniões pendentes para fazer com essa comunidade, mas, enfim, está aqui a proposta no Plano Diretor, com esta área específica e depois, enfim, se for aprovado, o ajuste específico pela Lei 775. E aí, por fim, aqui, vocês podem enxergar uma imagem do que seria, o que nós estamos propondo aqui para as zonas de ordenamento territorial, que é o nome que a gente dá, então, para o nosso zoneamento. Então, como vocês podem ver aqui, nós temos um número bem restrito de zonas. Então, a primeira questão que nós fizemos aqui, analisando a nossa cidade, o Plano Diretor vigente, foi buscar, relacionar a estratégia de zoneamento, a estratégia de parâmetros do regime urbanístico, com a estratégia de desenvolvimento local, também considerando todos os elementos ali constantes nos sistemas, todo o zoneamento, todas as questões que eu coloquei anteriormente, previsto no Plano Diretor. Elas vão estar sendo consideradas aqui. O que acontece? Hoje, nós temos

492 muitas, assim, mais de 100, mais de 200 tipos de parâmetros para cidade. E isso, enfim, isso
493 faz com que a gente se perca em relação à, ao que, às estratégias. Então, a gente não consegue
494 fazer essa leitura. Então, o nosso objetivo aqui foi reduzir esse número e para cada zona a
495 gente tem uma estratégia definida de desenvolvimento. E elas vão, depois vocês vão poder ver,
496 elas vão respeitar, então, a questão das zonas de ocupação, os graus de urbanidade, elas vão
497 estar de acordo. A zona rural, ela está no Plano Diretor, mas ela não vai estar dentro da lei de
498 uso e ocupação do solo, mas todo o resto do território, ele vai estar respeitando, então, essa
499 definição que vai estar no Plano Diretor. A nossa estratégia, então, foi aumentar a
500 miscigenação das atividades, em todo o território, promovendo uma liberdade econômica para
501 as atividades, de maneira geral. O estímulo ao adensamento nas centralidades urbanas, vocês
502 podem identificar aqui bem clara a separação dos terços, que foi descrito anteriormente. Então,
503 nas centralidades e nas áreas com, com maior oferta de infraestrutura, a gente vai ter alguns
504 destaques de zoneamento aqui. Também temos incentivo à ocupação qualificada de eixos de
505 transporte, vocês podem identificar aqui. Maior controle de ocupação nas áreas de interface
506 ambiental, uma ocupação escalonada, a gente buscou fazer essa ocupação para não ter um
507 contraste muito grande entre os tipos urbanos e não urbanos. A gente, no entanto, nas análises,
508 a gente adotou como estratégia que não iria reduzir os padrões existentes no PDDUA. Por
509 quê? A gente vê, por exemplo, aqui essa área aqui, ela é uma área que tem uma miscigenação
510 muito grande. No entanto, é uma área super afastada. Mas o que acontece? O Plano é de 1999.
511 Então, o que a gente faria se, enfim, reduzisse os padrões de miscigenação, por exemplo, as
512 atividades existentes, elas iam ficar das conformes e não é isso que a gente espera. A gente
513 espera que cada vez mais todos possam estar inseridos de maneira regular na nossa cidade.
514 Bom, acabei de apresentar, então, a nossa parte espacial, estratégica do Plano Diretor. E agora
515 eu vou passar para a parte, então, da nossa engrenagem, o funcionamento. Então, dentro da
516 gestão urbana nós temos aqui, então, o funcionamento do Sistema de Gestão e Planejamento, e
517 temos os instrumentos, como eu falei anteriormente. A estrutura, ela vai ser muito semelhante
518 ao que nós temos hoje no PDDUA. A gente troca o nome do sistema, porque temos conflito
519 com o nome de secretarias e focamos, demos enfoque para o planejamento urbano, então fica
520 SGPU. Nesse sistema, então, a SMAMUS, ela absorve, então, as garantias da, as garantias,

absorve as competências da antiga SPM, conforme ela está descrita no PDDUA, então essa atribuição fica para a secretaria. O CMDUA, então, permanece com a sua característica aqui, dentro dessa estrutura, como órgão integrador, entre a Prefeitura e a sociedade. E aqui também temos os órgãos, os diversos órgãos da prefeitura relacionados aqui dentro desse sistema. Temos alguns diferenciais aqui nessa camada aqui. A gente sentiu a necessidade de criar, dentro do sistema, uma Unidade Técnica de Planejamento Urbano, que seria uma unidade operacional, onde ela vai fazer, executar e fazer essas interlocuções da política urbana. E aí temos um diferencial nessa questão do foco dos espaços públicos, da implementação adequada dos espaços públicos, a gente sentiu a necessidade de criar, então, um Comitê de Gerenciamento dos Espaços Públicos, que vai, enfim, implementar de forma organizada, enfim, as obras públicas, dentro desse comitê. E aí depois nós temos esse aqui, o Comitê do Estudo de Impacto de Vizinhança. E aí que tem uma grande mudança, porque aqui nós não teremos mais as comissões. E por quê? Porque nós não teremos mais os Projetos Especiais de Impacto Urbano. Os projetos, então, são objetos, os Projetos Especiais de Impacto Urbano são objeto de muitas polêmicas. Foi, isso foi relatado também na Conferência de Avaliação do Plano Diretor, especificamente. Então, a gente, até se adequando ao Estatuto da Cidade, a gente vai trabalhar especificamente com Estudo de Impacto de Vizinhança, para esses grandes empreendimentos. E esse Comitê dos Estudos de Impacto de Vizinhança é esse que vai operar esses estudos. E aí, por fim, aqui, dentro dos sistemas, nós temos o SADUR, que ele já existe, conceitualmente, dentro do PDDUA. No entanto, aqui a gente, enfim, se propôs a detalhar ele, a fazer com que a operação dele, com a aprovação do Plano Diretor, ele consiga ser implementado de maneira adequada. E aqui falando um pouquinho do SADUR, explicando que originalmente, no Plano Diretor, nós temos o conceituado SADUR e o Sistema de Informações. O Sistema de Informações, para quem trabalha com licenciamento, conhece muito bem o resultado dele, que nós tivemos até uma nova versão aqui recentemente, com a participação ali significativa da nossa colega Vaneska, a nova DMI. Então, o Sistema de Informações, pela estrutura do Plano Diretor vigente, ele é responsável. A ideia para este novo SADUR é, então, juntar essas duas competências aqui. E ele ser amplificado. E, vamos dizer, o *output* dele, o relacionamento seria essa proposta de plataforma de planejamento, que vai estar

estruturada, por meio do SADUR, para dar um suporte na tomada de decisão, no planejamento das políticas públicas. E, como eu falei anteriormente, em relação aos conselheiros, ele vai acabar dando apoio, informações e subsídios para as suas atividades. Também vai dar um suporte ao licenciamento, no sentido de que a gente vai otimizar muito os processos. Então, o SADUR seria esse grande, esse grande componente aqui que vai fazer esse monitoramento da cidade e vai dar os subsídios, para saber onde a cidade pode crescer, onde a cidade tem que ficar restrita, onde temos que implementar obras públicas. E ela também, a ideia, então, é que ela tenha essas informações estruturadas de forma que todos os atores que envolvem a cidade, eles possam, então, se nutrir um pouco desse, dessa estrutura que nós estamos pensando. Falando um pouco desses comitês, então, o Comitê do Gerenciamento dos Espaços Públicos. Então, a ideia de buscar essa articulação dos órgãos, para que a gente possa implementar, de forma organizada, os espaços públicos, enfim, fazendo com que as pessoas, os projetos, os planos que estão sendo pensados, as pessoas realmente enxerguem, vejam, olha, isso aqui está acontecendo. E com essa questão do, das áreas estruturadoras, dos sistemas, vai ser muito importante a gente ter esse comitê em funcionamento. Do Comitê dos Estudos de Impacto de Vizinhança, como eu já comentei, ele substitui, então, as comissões, no sentido de que não teremos mais os Projetos Especiais de Impacto Urbano. Então, teremos esses grandes projetos que vão ser passíveis dos Estudos de Impacto de Vizinhança. Aqui um breve resumo, tentando explicar o que seriam as atividades fins da Unidade Técnica de Planejamento. Então, são atividades que, via de regra, nós já desenvolvemos. Planos Diretores, planos locais, esses ainda não, mas elas estarão estruturadas no Plano Diretor, projetos urbanos, diretrizes urbanísticas, o traçado do Plano Diretor, avaliação dos impactos urbanísticos, avaliação dos Estudos de Impacto de Vizinhança, informação urbanística e monitoramento urbano, onde a gente tem a geração de informação urbanística e monitoramento relacionado aqui com o SADUR. O Comitê dos Estudos de Impacto de Vizinhança relacionado, então, com as diretrizes, traçado do plano, avaliação dos impactos, estudos de Impacto de Vizinhança, e o Comitê do Gerenciamento Espaço Público, de maneira muito transversal, atuando na implementação desses projetos. Todos eles, obviamente, vão estar relacionados com os diversos órgãos da prefeitura e que também vão

579 estar relacionados dentro do sistema, através dos seus planos setoriais. Obviamente, não toda
580 a, todas as atividades vão estar relacionadas, de maior grau ou menor grau, com a participação
581 da sociedade, diretamente com a Unidade Técnica de Planejamento Urbano, e que também vai
582 se relacionar via o CMDUA. Passamos, então, para os instrumentos. Então, são os
583 instrumentos, como eu falei anteriormente, são as ferramentas que nós vamos utilizar para
584 poder implementar lá os objetivos do Plano Diretor. Eles são divididos em planos urbanísticos,
585 instrumentos de ordenação e controle do uso do solo, parcerias para a renovação urbana, uma
586 nova proposta que nós temos aqui, os instrumentos de intervenção na propriedade urbana,
587 regularização fundiária e reassentamento e os incentivos. Dos planos urbanísticos, então, nós
588 estamos consolidando aqui no Plano Diretor, como implementar, enfim, um próprio Plano
589 Diretor, planos locais, onde aqui a gente detalha as Operações Urbanas Consorciadas, que na
590 verdade são um tipo de plano local, e o Plano de Pormenor, aquele que trabalha numa escala
591 menor da cidade, muito em nível de desenho urbano. Depois nós temos os instrumentos de
592 ordenação e controle do uso do solo, que nós vamos ter aqui, detalhados na lei de uso e
593 ocupação do solo, a própria lei de uso e ocupação do solo, e o Estudo de Impacto de
594 Vizinhança. Dentre os instrumentos de intervenção na propriedade, nós temos a transferência
595 do direito de construir, que em nome vem substituir a Transferência do Potencial Construtivo.
596 E nós estamos trocando as nomenclaturas, muito por adequação ao próprio Estatuto da
597 Cidade. A outorga onerosa do direito de construir, que ela já veio aqui pela nova lei com este
598 nome, o nosso solo criado. O parcelamento, uso e edificação compulsórios, que é o PEUC,
599 consórcio imobiliário, direito de preempção, direito de superfície, reparcelamento do solo,
600 concessão urbanística, desapropriação urbanística. Depois, na parte de regularização fundiária
601 e reassentamento, nós, na verdade, nesse capítulo, nós reorganizamos o conteúdo que já estava
602 lá previsto, que as equipes relacionadas com esse tipo de atividade já se nutriam ali do Plano
603 Diretor, mas a gente consolidou tudo numa parte só e também incluímos a parte das Reurbs. E
604 a questão, a novidade, então, que eu já tinha comentado anteriormente, no sistema
605 socioeconômico, a vinculação com as áreas de requalificação urbana, que vão indicar, então, o
606 desenvolvimento de uma ação posterior de buscar efetivamente a melhoria dessas áreas no
607 futuro. E esse instrumento, parceria para a renovação urbana, é a ideia de que o poder público

608 possa apoiar a iniciativa de comunidades locais para a revitalização de áreas. Se uma
609 determinada comunidade se organizar para fazer uma melhoria num determinado local, o poder
610 público pode ajudar essa comunidade a implementar essa melhoria. Da lei de uso e ocupação
611 do solo, que trata do parcelamento e o uso e ocupação do solo. A estratégia que nós adotamos
612 aqui, então, foi reorganizar e simplificar o conteúdo do plano regulador. Quero muito deixar
613 claro aqui que simplificar não é desregularmentar, mas é tornar mais acessível. Como eu
614 sempre falo, por exemplo, uma pessoa que recém se formou, ela pode ter acesso a esse
615 conteúdo de forma muito simples, saber como atuar na nossa cidade. Uma pessoa que venha
616 de fora da nossa cidade, ela pode, enfim, saber como que é, enfim, investir na nossa cidade.
617 Então, a nossa cidade, com esta simplificação, e não desregulamentação, ela se torna mais
618 competitiva. A questão da normatização das nomenclaturas, como eu comentei ali, da
619 Transferência do Direito de Construir. Então, temos a questão, o índice de aproveitamento se
620 troca por coeficiente de aproveitamento e outras questões que em outra reunião vão ser
621 detalhadas. Comentei também ali, na parte do zoneamento, a otimização do número de
622 parâmetros, para que a gente tenha uma clara vinculação da, da, da, do zoneamento que foi
623 estabelecido com a estratégia de desenvolvimento para aquele local. E considerando a lei de
624 uso e ocupação do solo, ela é estruturada totalmente baseada nas diretrizes do Plano Diretor.
625 E aí, não é um instrumento, mas coloco aqui como uma proposta que nós vamos encaminhar
626 em conjunto, que é a alteração da Lei 775/2015, que estabeleceu a zona rural. Então, a nossa
627 proposta aqui é expandir a zona rural em atendimento à demanda daquela comunidade, como
628 eu falei anteriormente, e ela vai ser encaminhada em conjunto, em separado. Então, concluí a
629 minha demonstração aqui geral, apresentação geral de todo o conteúdo que nós
630 desenvolvemos. A ideia, então, é que nas próximas reuniões a gente possa detalhar um
631 pouquinho mais. Também quero passar para vocês que a gente vai, também, disponibilizar um
632 material mais detalhado, onde vocês vão poder ter acesso, vão poder ler, vão poder consultar.
633 E, como o Secretário falou anteriormente, a gente também vai estar à disposição para fazer
634 esclarecimentos, para discutir determinados assuntos, enfim, para receber propostas. A gente
635 vai estar, então, durante essas semanas aí, à disposição de vocês. Dia 4 de junho, nós vamos, a
636 nossa equipe vai detalhar os quatro sistemas. Depois, dia 1º de junho, a nossa colega Vaneska,

Coordenadora Vaneska vai tratar do zoneamento, vai explicar para vocês mais detalhadamente. E no dia 18 de junho, os nossos colegas, então, detalharão um pouco dos instrumentos, em especial, o Estudo de Impacto de Vizinhança, Outorga Onerosa e Transferência do Direito de Construir. E os parâmetros da lei de uso e ocupação do solo, questões gerais, considerando que o zoneamento já vai ter sido explanado aqui no dia 1º de junho. Então, era isso, muito obrigada. Desculpe o tempo ali, mas muito obrigada por estarem conosco aí nesse período e aqueles que estiveram desde 2019, agradeço. Fico feliz aos colegas também, muito obrigada. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Bem, obrigado, Patrícia, nossa conselheira, Diretora de Planejamento Urbano, coordenadora técnica aí de toda a revisão do Plano Diretor. Muito nos orgulha o trabalho, teu trabalho, o trabalho da Vaneska, o trabalho de todo o time, são várias pessoas que ao longo de todos esses anos nos vem conduzindo com maestria, com metodologia, com respeito, ouvindo a todas as visões de cidade para, efetivamente, a gente conduzir um Plano Diretor realmente disruptivo, um Plano Diretor que conduza e acompanhe o processo de crescimento da cidade, que gere talentos, que atraia talentos, que gere riqueza e oportunidade dentro da nossa cidade. Eu não tenho dúvida que hoje o que tu apresentou aqui, já nos dá um bom guia dessa organização. Lembrando que os temas, eles não se exaurem. A gente tem vários momentos e, para aqueles próximos momentos também, vão ter um pouquinho mais detalhados cada um dos temas. Mas eu queria já abrir imediatamente a palavra, as inscrições, se eventualmente alguém tenha dúvida, queira se inscrever para debater, para criticar, para dar sugestões, enfim, a partir, daquilo que foi apresentado. Naturalmente, eu sei que aqui é uma apresentação ainda trazendo uma perspectiva geral com relação às zonas, macrozonas, os sistemas, mas assim, terão oportunidades, os instrumentos de debates específicos desses temas. Então, dentro daquilo que foi aqui apresentado, para gente tentar focar esse debate hoje, eu oportunizo a fala aqui dos conselheiros. Peço que, eventualmente, quem tenha alguma dúvida, queira se inscrever, faça no chat, que a gente possa oportunizar a fala. Eu acho que ficou bem completa... **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Por enquanto nenhuma inscrição, Presidente. **Germano Bremm (Presidente),**

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Tá bem, eu estou acompanhando aqui. É, bem completa a apresentação, assim, trazendo um pouco desse panorama da otimização, acho que especialmente dos processos, a reflexão que a gente faz assim, a cidade de uma forma geral, né, Patrícia? É, o nosso Plano Diretor, ele realmente tinha muitas camadas de zoneamento, eram mais, estava refletindo outro dia, mais de 500 variáveis de zoneamento, né? Claro, mais de 200 ali zoneamentos, mas assim, uma série de variáveis que ultrapassavam entendemos, então essa objetividade também, no sentido de tu ter mais clareza, né, na interpretação, na leitura, isso dá mais transparência para quem, eventualmente, vai interpretar a matéria, gerando mais segurança como um todo. Então, vamos refletindo aí sobre os temas nas próximas reuniões também. Não temos nenhum conselheiro, eventualmente, queira fazer alguma contribuição? Nenhuma inscrição, então, a gente vai encerrar hoje e a gente segue na próxima reunião. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu acho que o Zago estava querendo falar ali. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. A gente está acompanhando aqui o chat, pelo menos não está aparecendo aqui inscrição, mas pode falar. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Não consegui me inscrever no chat, o sistema emperrou aqui. Então, eu fiquei fazendo o sinal aqui. Ainda bem que vocês entendem os sinais. [Risos]. Mas assim, em primeiro lugar, Patrícia, obrigado aí pela tua explanação. Eu acho que foi uma síntese de algo muito grande, difícil de a gente compreender tudo num primeiro momento. É muita matéria, muita coisa para a gente conseguir gravar e muitas siglas novas, muitos conceitos. Então, para que a gente pudesse se inteirar melhor e conseguir ter uma participação mais efetiva, Patrícia, eu solicito que todo o material seja disponibilizado imediatamente. Dentro da nossa entidade, nós já temos marcado reuniões para discutir, para entender, ver dúvidas, pedir esclarecimentos e fazer sugestões já para amanhã. Amanhã, no final da tarde, início da noite, a gente já tem marcado. Então, se a gente conseguisse, para a gente poder se debruçar um pouco mais no material, não só na tua apresentação, mas durante a tua apresentação, tu falou de outros materiais, de outros a serem consultados. Se tu pudesse nos disponibilizar para todos os



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

conselheiros por e-mail, já separado, não lá no site, que daí a gente tem que sair procurando um monte de coisa. Mas eu acho que ficaria bem interessante, mais fácil pra gente acessar. Uma outra coisa, assim, que me chamou um pouco a atenção nas áreas ali de desenvolvimento, eu vi ali, tem regiões da cidade, não, eu acho que só para uma reflexão, deve ter havido algum motivo. Mas a Zona ali da Ary Tarragô, por exemplo, a questão de centralidades, eu não vi ser mencionado. E ali tem um potencial enorme de desenvolvimento da cidade, ali próximo também. Isso ali na Ary Tarragô, no Jardim Itu Sabará, acho que é isso ali é, bairro, né? Também Estrada do Forte. Eu acho que não vi ser mencionados ali, mas eu acho que são zonas bem próximas da cidade, que tem bastante infraestrutura, possibilidade de gerar empregos e moradias, especialmente na demanda habitacional prioritária. E basicamente seriam essas coisas. Eu acho que a gente precisa se debruçar um pouco mais para entender, eu tenho medo até de dizer bobagem aqui por não ter compreendido, né? Então, eu gostaria de ter o material para estudar um pouco melhor e certamente vão vir vários questionamentos. Outra coisa assim, seria possível nós termos um canal, não sei, se WhatsApp ou por e-mail, nós, os conselheiros, para surgindo dúvidas, a gente já passar a dúvida, fazer a pergunta e ver se a gente consegue essas respostas o quanto antes, eu acho que seria bastante interessante. Uma vez que nós temos 7 dias para fazer as sugestões, especialmente depois da última apresentação. Então, quanto mais agilidade tiver para resolver os questionamentos, seria bastante interessante. Mas, então, de novo, parabéns a toda a equipe. Me deu um cansaço só de ver tudo o que vocês fizeram. Parabéns, obrigado, viu? **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Imagina, obrigado, Conselheiro Zago. Patrícia, tu quer, de repente, complementar para não se perder? Assim, acho que a gente tem um tempo, né? De repente, então, vamos ouvir todos e depois a Patrícia fala. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), HOCDUA - Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental:** Boa noite, Conselheiros, Senhor Presidente. Quero parabenizar a equipe aí pelo trabalho e o empenho, né, dedicação. E a gente, no pouco que eu pude ver aí, né? Cheguei um pouco atrasado na reunião. Dá para ver algumas propostas que já estão sendo encaminhadas dentro dessa apresentação. Alguns desenhos, né, da, do que a gente imagina enquanto cidade, enquanto

724 organização, né? Então, já tem boa parte aí já dá para ser atendido, né? Claro que tem que ter
725 um detalhamento, uma discussão tema por tema, item por item, né? Mas é um princípio de
726 construção, eu acho que está num bom caminho. A cidade necessita realmente dessa
727 readaptação, essa reorganização, né, depois de tudo que vem acontecendo aí, essas questões
728 climáticas, né? No desenvolvimento da cidade, né? As próprias ocupações aí, que devem ter
729 um critério de melhor atendimento, né? De encontrar soluções, né? Que os problemas estão aí
730 apontados, e a gente vem acompanhando há vários anos, tá? Então, seria essa a minha
731 colocação, vou me inteirar também do assunto, né? Caso eu receba esse material aí, acho que é
732 muito importante cada um fazer uma análise, né? Eh, para ter uma preparação para discutir, de
733 fato, esse assunto. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm (Presidente), Secretário**
734 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tá bem,
735 obrigado, Conselheiro Emerson. Vamos ouvir o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques**
736 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite,
737 conselheiros, colegas. Boa noite, Presidente. Presidente, o primeiro, manifestar minha, digamos
738 assim, surpresa positiva pela densidade do trabalho que está sendo montado, que está sendo
739 apresentado. Muita expectativa que realmente nós vamos ter, depois de muitos anos, realmente
740 um projeto de desenvolvimento para a cidade. Na década de 90, na revisão de 90, a prefeitura
741 contratou uma consultoria, um arquiteto argentino que me lembro, participei de várias
742 reuniões, e ele fazia uma crítica que eu achava, que eu achava muito interessante, não entendia
743 muito direito o que era aquilo, até porque eu não pude participar a fundo naquele momento,
744 nas discussões. Uma, que as oportunidades eram pequenas, eram poucas, bem diferente do que
745 está acontecendo hoje, e outra que eu estava muito envolvido na administração da cidade, na
746 época, pelas tarefas que eu tinha dentro do governo. Mas ele dizia o seguinte, que o grande
747 erro que os Planos Diretores tinham, era a falta de ter, de ser um Plano Diretor, que eles eram
748 um apanhado de leis, de normas, de regrinhas e coisas, mas não era um Plano Diretor de
749 desenvolvimento de uma cidade, né? E esse grupo que se montou aqui na prefeitura, ele traz,
750 ele está trazendo essa característica, essa pretensão louvável, de nós realmente termos um
751 regridor do desenvolvimento da cidade, sem engessar a cidade, colocando uma série de
752 elementos organizando a cidade. Por exemplo, quantos anos, quantos governos se passaram

batendo a cabeça e não se cria a Região de Planejamento das Ilhas, que agora sai, né? E inclusive esse pessoal que hoje faz uma crítica, tal e tal, já estiveram no governo em outras épocas e não fizeram, não fizeram essa, esse tipo de proposta. Então, a gente avança, a gente resgata uma série de demandas que a cidade tem, do planejamento urbano da cidade tem, e se pretende colocar agora dentro desse projeto aí de revisão do Plano Diretor. Meus parabéns, vamos em frente. Teremos mais três blocos pela frente aí, que estamos aguardando com enorme expectativa. Reafirmo também essas preocupações ali do colega Zago, da gente ter esse material, porque é muita coisa, a gente vai ter que dedicar e vale a pena dedicar. Por favor, arrumem tempo para isso, para entender bem tudo o que o conjunto, que o grupo aí técnico da prefeitura está fazendo nessa fase de pegar todos aqueles dados, todas as discussões que nós tivemos ao longo de todo esse tempo, que não é pouca coisa. Se não nos atrapalhasse, a gente teria discutido muito mais. Talvez já estivesse até com o projeto do Plano Diretor e da revisão do Plano Diretor pronto, né? Mas é o que temos e vamos lá. Meus parabéns mais uma vez, colegas. Uma boa noite. Obrigado. **Germano Bremm (Presidente), Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pela contribuição, os elogios. Realmente é um Plano, e já passo a palavra para Patrícia, um Plano muito guiado na estratégia, né? Eu acho que a realidade do Plano anterior, e a gente verifica às vezes de planos de outras cidades, tu faz uma reflexão importante. A gente está muito voltado realmente para ser um consolidador de várias regras e leis, e gera uma certa confusão, né, sob a perspectiva da análise do lote, né? E a gente tem pouca ou nenhuma organização da cidade, do planejamento urbano para resolver os desafios da vida em cidade, né? O que gera riqueza na cidade. Então, este Plano Diretor ele traz, e a gente reforça, né, a figura dos cinco objetivos. E nós estamos trabalhando numa organização de gestão de política pública, para ao longo dos anos, na execução do Plano Diretor, a gente alcançar esses objetivos, né, efetivamente melhorar o desenho urbano, o espaço público, os passeios, arborização, né, a qualidade de vida em cidade, né? Então, para isso ser possível, nós temos que estar organizados, do ponto de vista de sistema, porque afinal de contas são vários atores nesse processo, pra gente fazer a cidade se desenvolver nessa área, nesse objetivo que a gente traz, do fortalecimento da qualificação do espaço público, do fortalecimento da



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

782 utilização do Guaíba, que eu não tenho dúvida, uma das nossas maiores riquezas da cidade,
783 né? Não basta a gente chegar até o rio, né, efetivamente ao lago, a gente chegar agora, entrar
784 dentro do lago, gerando oportunidade de renda e riqueza para população das mais diversas.
785 Então, para isso ser possível, vamos dizer assim, nós temos que ter uma organização, do ponto
786 de vista de sistema, de estrutura de um conselho também muito voltado para pensar o espaço
787 público, os projetos do espaço público, fazer essa compatibilização, porque existe, para isso
788 ser possível, né, a sociedade, existe a organização, existe a Secretaria de Mobilidade, a de
789 Habitação, os diversos atores que devem e compõem a secretaria que busca o financiamento,
790 né? Aquela que executa a obra. Então, é uma cadeia de atores que fazem a gestão da política
791 urbana acontecer e que a gente, a partir desse Plano Diretor, então estrutura, fortalece esse
792 olhar, né? Espaço público, reduzir tempo de deslocamento, reduzir custo de habitação, adaptar
793 a cidade, né, para as mudanças climáticas, que é uma realidade, né, que a gente viveu, né, e
794 está muito presente aqui em Porto Alegre, especialmente no pós enchente. Patrícia, por favor,
795 me complementa. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Meio**
796 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Acho que é importante ali as
797 preocupações ali do Zago. A gente vai, a gente está estruturando o material. Até o Secretário
798 estava comentando comigo, a gente tem uma parte concluída já, então, de repente, a gente
799 pode compartilhar aquilo que a gente já tem concluído e no máximo até sexta-feira a gente vai
800 ter todo material para disponibilizar para vocês. A apresentação também nós vamos
801 disponibilizar, tá? Nós vamos ficar acessíveis, então se quiserem marcar reuniões, tirar
802 esclarecimentos, esclarecer algum ponto, tirar alguma dúvida, pensar, enfim, uma proposta, a
803 gente vai ficar à disposição. A gente só precisa, de repente, por meio da Gabriela, organizar
804 para as agendas, né? No mais, eu quero agradecer, então, a todos vocês, né? Porque foi um
805 trabalho realmente muito exaustivo, né? Eu acho que por vocês também, conselheiros que
806 participaram, também foi exaustivo. E tudo que nós queremos, então, é que ele tenha sucesso,
807 que a gente possa finalmente encaminhar para Câmara de Vereadores e que os vereadores
808 possam fazer a parte deles, né? Que é o momento que nós esperamos agora. Eu não sei se a
809 Vaneska queria complementar alguma coisa. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente),**
810 **Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Boa noite para

811 todos. Eu vou aproveitar e vou falar, mas também vou ser breve para não tomar muito tempo,
812 tendo que a gente tem aí uma jornada de muitas discussões ainda para tomar. Eu hoje até
813 fiquei um pouco emocionada no começo, né Patrícia, retomando ali aquela lembrança. Desde
814 2019, a gente trabalha nesse projeto, né? Então, é um projeto grande para nós também. E, por
815 mais que, que possa existir divergência, eu entendo que é um Plano Diretor assim, que teve
816 uma participação nunca antes vista assim, em termos de número, quantidade, e da gente ter
817 conseguido realmente assim, e me orgulho muito, e entendo que a equipe também, de ter
818 trazido tantas formas de participação, né Patrícia? Sejam exposições, sejam reuniões, sejam
819 formas online, enfim. E agora a gente está pensando em como fazer essa reta final dessa
820 jornada agora, com conselho também podendo capturar essas impressões sobre o Plano, né? E
821 por mais que, enfim, e por uma questão de vários eventos que aconteceram na cidade, a gente
822 acabou aí sendo impactado pelo advento da pandemia, da própria calamidade, mas isso nos
823 deu mais força ainda. E se a premissa do espaço público ela era importante, sempre fez parte
824 na origem, quando a gente pensou a revisão do Plano Diretor, ela ganhou ainda mais força, né,
825 sobre essa perspectiva. Na pandemia, as pessoas utilizando os espaços públicos ali como
826 extensões da sua casa, como uma forma de poderem confraternizar com segurança, né? E na
827 própria calamidade esses mesmos espaços assumindo um protagonismo diferente ali, às vezes
828 até no resgate ou na administração desse momento na cidade. Então, eu entendo que a gente
829 está rumo a esse conceito. É importante que quando se lê o material, se leia realmente a partir
830 dos objetivos, porque é isso que a gente quer. A gente quer consolidar, para que a gente possa
831 fazer a nossa cidade ser bem-sucedida na adaptação climática, no foco nos espaços públicos,
832 na mobilidade, em reduzir o custo de habitação, e nesse fortalecimento aí da gestão. Acho que
833 agora vou fazer mais essa fala mesmo e deixar o debate técnico aí evoluindo nas próximas
834 reuniões, trazendo outras contribuições e detalhando cada vez mais. Importantíssimo os
835 conselheiros irem sempre trazendo também essas contribuições, que a gente tem esse período
836 para fazer esse ajuste, né? Eu acho que alguém falou ali no prazo, né Patrícia? Mas durante
837 todo esse período aí, que vão ser 4 semanas, a gente vai estar recebendo contribuições. Então,
838 a gente já dá essa largada e já pode ir avaliando, né, qualquer material que também os
839 conselheiros queiram ir encaminhando. Obrigada. **Germano Bremm (Presidente), Secretário**

Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigado, Vaneska. É importante ressaltar, né? Acho que a Patrícia comentou. A gente segue à disposição ao longo de todo esse processo, né, nossa secretária executiva, especialmente aqui no Conselho, que fica de elo, no sentido de compatibilizar eventualmente agendas, alguns grupos setoriais que eventualmente queiram estar junto para alguma dúvida, enfim, para que possa exaurir esses temas a partir também daquilo que foi apresentado e se aprofundar bastante na matéria. Acho que nós temos muito conteúdo ainda pela frente, lembrando que posterior a esses momentos, a gente disponibiliza aí, efetivamente, a minuta da revisão do plano, após o debate, eventuais sugestões, críticas, melhoramentos, a gente aí sim, finaliza com a minuta, submete à audiência pública, com prazo aí, regimental de no mínimo 20 dias, entre a disponibilização da minuta e o edital e efetivamente a audiência pública, para que todo o mundo possa também se inteirar um pouco mais, e na audiência possa manifestar o seu posicionamento, para que a gente possa fazer a consolidação e enviar para Câmara de Vereadores que também, né, o reforço, vai ter os seus momentos de debate, e a representação, né, da sociedade, efetivamente, os vereadores democraticamente eleitos, vão fazer toda essa discussão. A Gabriela fica de ponto focal para a gente viabilizar essas agendas. Eu convido a todos que estão aqui, né, estão mais familiarizados, mas especialmente talvez aqueles que estejam nos assistindo, que se tenham dúvida com relação à revisão, os processos, a transparência, a agenda, que consultem o nosso site, né? prefeitura.poa.br/planodiretor. Lá nós temos toda a informação, a metodologia, o que é o Plano Diretor, sobre a revisão, como participar, as agendas, toda a transparência, né, do processo que compõe esses momentos participativos, as diversas reuniões de grupos de trabalho, eventos nas regiões, os seminários, as conferências, efetivamente, também o material produzido, através dos documentos ali de legislação, os documentos que envolve memorando de entendimento, a cooperação técnica, enfim, tudo aquilo que compõe a revisão do Plano Diretor, os relatórios. Eles estão todos disponibilizados ali de forma bastante intuitiva, muito fácil assim de acesso com relação às publicações, para que realmente todo o mundo possa entender e compreender o tamanho, né, da revisão do Plano Diretor, os inúmeros processos participativos, né, e efetivamente de onde nós viemos, onde nós estamos e para onde nós vamos. Agradeço a todos pelo convívio, a



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

869 oportunidade do enriquecimento nesse importante debate aí, que envolve a revisão do Plano
870 Diretor. Um agradecimento especial a todos os nossos técnicos da secretaria, né, na
871 coordenação, liderança da Patrícia, né, Vaneska, enfim, Letícia, eu vejo um monte de gente
872 aqui. A Carolina está aqui conosco, enfim, certamente faltou alguns nomes. A Gisele, eu estou
873 vendo aqui, né? A Sônia, a Letícia, enfim, que fazem parte da história aí de Porto Alegre num
874 Plano Diretor que, efetivamente, nos direcione aí para um caminho de resiliência, um caminho
875 de desenvolvimento, um caminho de geração de riqueza e oportunidade. Boa noite a todos.

876 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de*
877 *Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim,*
878 *Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de*
879 *veracidade.*